



**REBENA**  
**Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**

ISSN 2764-1368

Volume 13, 2025, p. 44 - 54

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

**Que dança é essa? De menino ou de menina? Discutindo dança e gênero na educação**

What dance is this? For a boy or a girl? Discussing dance and gender in education

**Alexandre Andrade da Silva<sup>1</sup> Marta Regina Paulo da Silva<sup>2</sup>**

**DOI: [10.5281/zenodo.17132783](https://doi.org/10.5281/zenodo.17132783)**

Submetido: 25/05/2025    Aprovado: 06/08/2025    Publicação: 16/09/2025

**RESUMO**

Este artigo parte de um estudo teórico, desenvolvido no contexto de uma especialização em ensino lúdico, que teve por objetivo compreender como a dança pode contribuir para as discussões sobre gênero e corporeidade nos espaços escolares. Fundamenta-se na premissa de que a dança, nesse contexto, não deve ser rotulada apenas como uma prática coreografada, muitas vezes elaborada apenas para eventos comemorativos. Em contraponto a essa visão restrita, o texto argumenta a favor de uma concepção ampliada de dança, capaz de enriquecer o processo de aprendizagem dos(as) estudantes ao reconhecer as pluralidades corporais e desafiar as ideologias hegemônicas de poder que tendem a silenciar e controlar os corpos que destoam das normas cis heteronormativas. Nesse sentido, defende que a dança, inserida no contexto escolar, pode atuar como uma linguagem de resistência, possibilitando aos(as) estudantes a liberdade de expressão e criação de espaços para se manifestarem por meio de suas próprias corporeidades.

**Palavras-chave:** Dança. Educação. Gênero

**ABSTRACT**

This article stems from a theoretical study developed within the context of a specialization in playful education, aiming to understand how dance can contribute to discussions on gender and corporeality in school settings. It is based on the premise that dance, in this context, should not be labeled merely as a choreographed practice, often designed solely for celebratory events. In contrast to this narrow view, the text argues for a broader conception of dance—one that can enrich students' learning processes by recognizing bodily pluralities and challenging hegemonic ideologies of power that tend to silence and control bodies that diverge from cis-heteronormative norms. In this sense, it contends that dance, when incorporated into school contexts, can serve as a language of resistance, enabling students to express themselves freely and to create spaces where they can manifest through their own corporealities.

**Keywords:** Dance. Education. Gender.

<sup>1</sup> Mestrando em Educação na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. [alexandreandrad29@gmail.com](mailto:alexandreandrad29@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UNICAMP. [marta.silva@online.uscs.edu.br](mailto:marta.silva@online.uscs.edu.br)

## 1. Introdução

Quem pode dançar na escola? Essa pergunta nos leva a refletir sobre como a dança tem sido abordada nas instituições escolares. Compreendemos que a dança não deve se limitar apenas às coreografias apresentadas em eventos comemorativos; ao contrário, ela deve transcender essa ideia, que muitas vezes inibe discussões necessárias por meio das investigações corporais.

Partimos da ideia de que os corpos dançantes podem apresentar diversos tipos de movimento, sejam eles espontâneos ou direcionados. O corpo, ao dançar, movimenta-se e cria significados que podem ser debatidos nos espaços escolares com criticidade e reflexão, permitindo que os(as) estudantes tenham a oportunidade de compreender seu corpo em diversos contextos.

Debater o corpo é adentrar em uma discussão que, muitas vezes, desafia o sistema hegemônico, o qual tende a modelar e silenciar os corpos, especialmente aqueles que confrontam a ordem normativa de um sistema cis heteronormativo. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir questões de gênero por meio da dança, reconhecendo a pluralidade corporal e provocando reflexões sobre quem pode dançar. Tais reflexões são essenciais para a desconstrução de conceitos e preconceitos historicamente consolidados.

Ao relacionarmos as questões de gênero aos estilos de dança, observamos, por exemplo, que o balé é frequentemente direcionado a meninas, reforçando uma associação da corporeidade feminina à leveza e à suavidade. Contudo, é importante destacar que, no ocidente, o balé teve origem como uma prática predominantemente masculina, sendo dançado por reis e príncipes nas cortes europeias. Por outro lado, as danças urbanas, por exigirem força e vigor, tendem a ser associadas aos meninos.

Esse contraste revela como determinadas expressões corporais, manifestadas nos diversos estilos de danças, acabam por institucionalizar normas sobre quais corpos podem dançar o quê. Assim, os movimentos corporais tornam-se marcadores sociais que delimitam possibilidades e reforçam estereótipos. Quando um corpo transgride essas regras - como no caso de meninas interessadas por danças urbanas ou meninos pela dança clássica - surgem estigmatizações e preconceitos. Tais reações estão frequentemente associadas a pressupostos sobre orientação sexual que se afastam dos padrões heteronormativos, evidenciando como a dança também é atravessada por construções sociais de gênero.

Diante disso, compreendemos que as instituições escolares têm um papel fundamental na promoção de discussões sobre gênero e corporeidade, conectando à dança. Para isso, é necessário reconhecer e compreender a dança não apenas como uma expressão coreografada,

mas como uma manifestação cultural e social que proporciona aos educandos e educandas vivências que permitam debates sobre seus corpos e sua relação com o mundo.

Dessa forma, ampliar as reflexões sobre a dança na educação é possibilitar múltiplas ferramentas de aprendizagem que proporcionem aos(às) educandos(as) vivências significativas no processo de aprendizagem, considerando o corpo em constante desenvolvimento e seus múltiplos movimentos. Reprimir esse movimento e as experimentações dançantes é corroborar com um sistema controlador que, muitas vezes, tenta impor aos corpos dos(as) estudantes qual é o comportamento corporal correto, anulando, assim, a singularidade de cada indivíduo.

Este artigo apresenta um estudo, de natureza teórica, realizado em um curso de especialização em ensino lúdico. No primeiro momento, analisamos as contribuições que a dança pode oferecer para fomentar discussões sobre gênero e corporeidade nos espaços escolares, considerando inicialmente a relação entre o corpo e a dança e como as ações dançantes causam incômodos para quem não consegue reconhecer a pluralidade corporal. No segundo momento, destacamos a importância de considerar a dança nos espaços escolares como uma linguagem que possibilita diversas expressões dos(as) estudantes, promovendo discussões que contribuem para uma aprendizagem dialógica, na qual os(as) alunos(as) podem compartilhar suas visões de mundo e suas múltiplas expressões.

## **2. Um corpo que dança é um corpo que incomoda**

O corpo é um território de possibilidades. Homens, mulheres, crianças e jovens estão em constante movimento. O corpo dança cotidianamente, produzindo múltiplas performances. Dançam no silêncio, na cidade e nos diversos espaços. Corpos que ocupam territórios e, por vezes, incomodam àqueles(as) que tentam homogeneizá-los e modelá-los, não reconhecendo a diversidade e insistindo no silenciamento das diferenças.

Essa tentativa de silenciamento atinge, sobretudo, corpos historicamente marginalizados — como crianças, indígenas, pessoas negras, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, imigrantes —, entre tantos outros que resistem para existir e sobreviver em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais. Esses corpos, ao dançarem e se moverem, também afirmam sua presença, sua identidade e sua resistência.

Podemos compreender que a dança acontece de diferentes maneiras. Carolina Lage Gualberto (2007) afirma que a dança é algo natural e repleto de expressões. Dançamos diariamente com nossos movimentos, “[...] por isso, a dança está no nível básico da expressão do ser humano. E, a partir dessa necessidade, cada pessoa, na tentativa de expressar à sua maneira aquilo que deseja, trabalha seu corpo de forma distinta” (Gualberto, 2007, p. 22).

O corpo fala, cria códigos, comunica-se com a sociedade por meio de movimentos que estabelecem distintas relações, interage com o espaço. Helena Bastos (2017) define essa relação do corpo com o espaço/sociedade “[...] como um processo co-evolutivo de cruzamentos de informações cognitivas em troca contínua com o ambiente de existência”. Dançar é criar presença, relações com o ambiente, transformações diárias.

Dançar vai além das reproduções coreográficas e deve ser compreendido como uma linguagem que possibilita aos seres humanos construir relações e formas sensíveis e pensantes de estar no mundo. O corpo pensa, interage e se comunica; ou seja, cada corpo dança de sua própria maneira, de acordo com suas necessidades e sua relação com o mundo. Nas palavras de Bastos (2017, p. 30):

Compreendo que cada corpo, do seu jeito, abriga uma maneira de pensar, de organizar, de se relacionar com o mundo que, no tempo-espaço, de acordo com nossas vivências e experiências, vai modificando e especializando o próprio corpo. Não sendo estabelecido novos acordos a partir de cada experiência. Alerto que vivência é diferente de experiência. A ideia de vivência está relacionada com hábitos do nosso cotidiano. O pensamento de experiência é quando um hábito se transforma e nos apresenta uma novidade na e da conexão entre corpo, ambiente e ação.

Concordamos com Bastos (2017) que os corpos abrigam maneiras singulares de pensar. Por isso, há uma tentativa constante, por parte de alguns grupos sociais, de silenciá-los, uma vez que, um corpo livre pode provocar desestruturas para àqueles(as) que buscam dominá-los possibilitando um rompimento com as camadas estruturais da sociedade que ainda persistem nos comportamentos e ideias machistas e patriarcais. Debater o corpo e seus modos de dançar é um território que provoca desconforto, pois ele acolhe muitas sensações e emoções. Como elucidada Gualberto (2007, p.31):

O papel da dança e sua atuação na sociedade, bem como na história da humanidade, a confirma como civilizadora e parte integrante do funcionamento social humano. Por ela, nos são revelados conceitos, princípios, valores e crenças de uma sociedade e também nos são apresentadas possibilidades do futuro do homem e seu meio.

Conectando-se ao pensamento da autora, é possível compreender que a dança possui representações culturais, faz parte da sociedade e acompanha sua evolução; ou seja, é algo intrínseco, um movimento que acompanha os seres sociais. Assim, é necessário romper com a compreensão de dança como algo restrito a momentos específicos e coreografias montadas, muitas vezes, para eventos. Pesquisar a dança e o corpo é reconhecê-los como uma expressão que pode ser individual ou coletiva criando relações e conexões com o mundo.

Concordamos com Isabel Marques (2007) quanto aos equívocos de pensar que a dança na escola serve apenas para relaxar, “soltar” emoções ou se expressar espontaneamente. A dança está além, ela permite diálogos com os(as) estudantes sobre diversas questões que podem surgir

por meio das experiências que os(as) docentes proporcionam em momentos dançantes, ampliando os repertórios e visões sobre o mundo, com criticidade e reflexão. Não negamos a possibilidade desses processos na pesquisa sobre o corpo e a dança, mas reduzir a discussão a essas ideias limita as inúmeras questões que os estudos corporais podem promover nos espaços escolares, abrangendo temas como gênero, raça, capacitismo, entre outros que podem surgir ao longo de uma investigação corporal.

A dança nas instituições escolares deve gerar movimentos que permitam aos(às) estudantes vivenciar experiências estéticas e ampliar suas visões de mundo, desconstruindo a ideia de que o corpo deve ser moldado para corresponder a padrões e comportamentos resultantes de um sistema opressor e hegemônico que, incansavelmente, dita o que é considerado certo e errado.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a dança:

Ao articular os aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto, os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo. Eles têm, assim, a oportunidade de repensar dualidades e binômios (corpo versus mente, popular versus erudito, teoria versus prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas. (BRASIL, 2018, p.195)

Embora o documento apresente um discurso que, muitas vezes, não dialoga com a formação em artes, pedagogia e educação física, e muitos(as) professores(as) não tenham experiência em dança, ele abre caminhos para pensar a dança além dos contextos coreografados, permitindo aos(às) estudantes transitar entre experiências estéticas e pensamentos críticos e políticos.

Pensar a dança é oportunizar aos(às) educandos(as) um caminho para a construção de seus processos de vida e de suas relações com o mundo, com criticidade e reflexão. Corpos que se movem e se conectam. O corpo, inserido na sociedade, é um fluxo contínuo, a todo instante estamos dançando. Basta observar a sociedade e seus corpos que dançam naturalmente, refletindo esse estado. Como argumenta Márcia Strazzacappa (2001, p. 69), “[...] o movimento corporal possibilita comunicações que criam sentido no mundo”.

Essa relação está presente nos espaços escolares. Marques (2007) complementa que a função da escola nesse diálogo é ser um agente que permite a transformação dos conteúdos em dança, como forma de apropriação crítica para que o sujeito se relacione com eles.

Ambas as autoras apontam que a dança não deve ser compreendida de forma superficial, visto que ela possibilita a construção de relações significativas entre o sujeito e o mundo, de forma consciente e crítica. Assim, a dança nos espaços escolares não deve ser limitante ou meramente técnica. Pelo contrário, devem permitir ao grupo em processo de aprendizagem

vivências que favoreçam a autodescoberta, a expressão individual e coletiva, bem como a afirmação de sua presença no mundo.

Ao refletir sobre dança e educação, é fundamental proporcionar aos(às) estudantes oportunidades de investigação corporal, permitindo-lhes analisar e refletir sobre a relação de seus corpos com o mundo e consigo mesmos(as). Um corpo em constante desenvolvimento necessita de espaços e oportunidades, dentro das instituições educativas, para explorar suas múltiplas possibilidades, de maneira a promover o diálogo, a escuta e a expressão. Nesse sentido, o movimento não deve ser restrito, independentemente da etapa de ensino.

Dançar, portanto, é explorar a territorialidade do corpo, entendendo-o em seu aspecto multifacetado, carregado de intenções e significados. Contudo, tais significados não podem ser definidos de forma unívoca, uma vez que são profundamente influenciados pela singularidade de cada educando(a). Por essa razão, a importância da investigação corporal, pois, a cada novo contexto, realidade, visão e leitura de mundo, os corpos dançantes constroem relações e significados. Eles não permanecem à margem desse sistema hegemônico que constantemente tenta modelar e silenciar os corpos. Assim, Gualberto (2007, p.23) argumenta que, “[...] apesar de toda dança ter um caráter educativo, chamamos de dança-educação aquela trabalhada principalmente em um ambiente de ensino com o intuito de promover uma educação mais corpórea e artística do indivíduo por meio da dança e de seus princípios”

Nesse movimento, a dança deve ser vivenciada por todos e todas, rompendo com os limites impostos socialmente e entendendo que todos os corpos têm o direito e a capacidade de dançar. No entanto, ao pensar na dança no contexto educacional, é preciso considerar os diversos preconceitos que estão associados a essa manifestação, especialmente no que se refere às questões de gênero. Embora corpos masculinos e femininos tenham a mesma potencialidade para a dança, muitas vezes suas expressões são condicionadas às normas de gênero que direcionam quais estilos são considerados “apropriados” para cada um(a), como no balé, frequentemente associado às meninas, e as danças urbanas, que costumam estar relacionadas aos meninos.

As discussões sobre a prática da dança ultrapassam as ideias de estilo. É necessário refletir sobre como a dança pode promover debates sobre gênero quando compreendida como uma manifestação política. Isso ocorre ao romper com as idealizações dos corpos dançantes, desconstruindo as normas sociais que determinam o que é considerado adequado ou esperado para meninos e meninas. Assim, a dança torna-se um espaço de questionamento e resistência, possibilitando novas formas de existir, mover-se e ocupar o mundo.

### 3. Um diálogo entre dança e gênero

Maria Eulina Pessoa Carvalho (2000, p. 15) assevera que “O conceito de gênero se refere às noções de masculino e feminino, construídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos ao longo da história, nas diversas sociedades e culturas”. Partindo dessa concepção é importante refletir sobre o que significa ser homem ou mulher na sociedade e como esses marcadores, muitas vezes sob a perspectiva machista e patriarcal, criam divisões e influenciam de maneira determinante o que mulheres e homens podem realizar nas esferas sociais e culturais. Ainda nas palavras da autora:

O gênero faz parte da identidade pessoal, assim como o sexo, a cor da pele, a classe social, e as demais circunstâncias sociais e culturais. Por outro lado, a atribuição de gênero não se restringe apenas aos comportamentos dos sujeitos, mas se projeta também nas práticas e instituições sociais, que podem ser qualificadas de masculinas ou femininas, conforme os valores que expressam. (CARVALHO, 2000, p. 16)

É urgente desconstruir padrões estabelecidos pela sociedade, rompendo com as ideologias da heteronormatividade cisgênero. Reconhecer e considerar as identidades e expressões de gênero como não-binárias, pessoas trans e tantas outras é fundamental. Isso permite, por meio das múltiplas identidades, a liberdade do corpo. É importante destacar que não desconsideramos aqueles(as) que se reconhecem em um corpo cis heteronormativo, mas enfatizamos a relevância do reconhecimento das diversas identidades que não se encaixam nesse padrão hegemônico de gênero. Nesse sentido, José Augusto Gerônimo Ferreira (2020, p. 19) discorre:

É importante frisar que não se trata aqui de desconsiderar ou não validar a vida das pessoas que se entendem enquanto cisgêneras ou heterossexuais, trata-se antes de colocar essas categorias – e não essas pessoas – enquanto possibilidades de análises, no sentido de desconstruí-las em suas posições de normalidades, naturalidades e privilégios. Além disso, busca-se também desarticular os conjuntos de estratégias e relações de poderes/saberes que as normalizaram e naturalizaram enquanto normas, ao mesmo tempo em que se trata de visibilizar e não de patologizar as experimentações Queers e não-binárias das pessoas Trans\*, para além dos limites produzidos pelos discursos hegemônicos que nomeiam essas vidas e ao nomearem criam definições e limites a suas existências.

Romper com essas naturalizações que excluem as pessoas que não se enquadram nessa identidade normatizada permite que outros corpos se reconheçam em diversos espaços, sem o medo do silenciamento. Considerando essas discussões nos ambientes escolares, debater o assunto é essencial, pois esse espaço tende a moldar os corpos dentro dos padrões heteronormativos. Por mais desafiador que o tema seja, olhar para essas questões é reconhecer os múltiplos corpos que dançam e se movimentam nos ambientes escolares. Isso é fundamental

para lutar contra as ideologias hegemônicas que intentam sufocar ou oprimir aqueles(as) que não se enquadram no padrão cis heteronormativo.

O importante é transformar essas atitudes, ampliando as discussões desde a Educação Infantil. Compreender as múltiplas expressões de gênero (homens e mulheres cis, homens e mulheres trans, não-binário, entre outras) contribui. Assim, os educandos e as educandas poderão compreender que têm a liberdade de escolher como movimentar seus corpos, participando de processos de descoberta e pesquisa, sem a pressão de uma perspectiva que modela os corpos e define funções restritas para meninos e meninas.

Então quem pode dançar na escola? O tabu sobre a dança ainda é presente quando pensamos em corpo e movimento. Ainda encontramos, nos espaços educacionais, um discurso onde o balé é para as meninas e o hip-hop para os meninos, e aqui não estamos discutindo estilos de dança, mas apenas apontando como os discursos heteronormativos estão presentes nas concepções dessa linguagem artística.

Nesse sentido, ampliamos as discussões sobre o corpo e a dança para além das ideias de estilos, compreendendo a dança como uma possibilidade de investigar o corpo e levantar diversas reflexões que transcendam a concepção cis heteronormativa. O desconhecimento sobre o assunto ainda é presente nas escolas, considerando que, na formação inicial, seja em pedagogia, educação física ou artes, a dança não é explorada nem discutida como um ato político. Quando a dança é abordada nas formações, é frequentemente debatida apenas em contextos culturais, investigando os diferentes estilos no território nacional e internacional. Mais uma vez, destacamos que não ignoramos as manifestações culturais, mas ressaltamos o perigo de não ampliar as discussões sobre esse corpo político.

Marques (2007, p. 49) argumenta:

Podemos discutir e praticar as diferenças entre a execução mecânica, passiva, submissa e a interpretação. Ou seja, pensar e fazer processos de “reprodução” da dança que respeitem as individualidades de cada corpo, de cada pessoa, e que permitam, mesmo em uma sequência de movimentos pré-determinada, a expressão e a interpretação individual de cada indivíduo. Essa experiência pode ser vista como uma metáfora da vida social, quando temos que exercer funções, compromissos e tarefas que não criamos, mas nas quais podemos atuar de maneira pessoal, sem comprometer a “coreografia”.

Por isso a necessidade de desconstruir os discursos ideológicos e hegemônicos sobre o corpo, rompendo com os padrões machistas. Marques (2007, p.39) acrescenta:

Um dos preconceitos mais fortes em relação à dança na sociedade brasileira ainda diz respeito ao gênero. Dançar em uma sociedade machista como a nossa é sinônimo de “coisa de mulher”, “efeminação” (...) Pesquisadores têm apontado que este preconceito se dá em vários níveis, mas está, geralmente, associado ao conceito de dança (...) mesmo nunca tendo assistido a um espetáculo de balé clássico, muitas vezes a dança é diretamente associada a ele, e, conseqüentemente, à “graça, delicadeza, leveza,

meiguice” que, no Brasil, são muitas vezes tidas como características absolutamente avessas à virilidade

A dança deve transcender os conceitos de coreografias, que muitas vezes são utilizadas apenas para apresentações em festividades no contexto escolar. Ampliar as possibilidades é abrir caminhos para discutir questões de gênero e comportamentos relacionados à corporeidade masculina e feminina. É importante observar que esses conceitos podem ser expandidos ao se considerar o não-binarismo, além de aprender a respeitar os corpos que transitam por diversos espaços. Ou seja, para além das experiências estéticas, a dança pode ampliar os olhares críticos e reflexivos dos(as) estudantes e crianças. Sua presença nas diversas etapas da educação permite que o público matriculado nas instituições tenha a oportunidade de debater esses assuntos em momentos variados da vida.

É preciso que a dança seja abordada de forma democrática, para que todos(as) se sintam livres para se movimentar e expressar. É importante entender que o corpo pode comunicar o que, muitas vezes, a palavra não consegue. Ou seja, é fundamental reconhecer a existência de múltiplos canais de comunicação. Por isso, entender a presença da dança apenas em momentos comemorativos priva os(as) estudantes da oportunidade de pesquisar sobre seus corpos, que se conectam com outras pessoas dentro e fora dos muros escolares.

Dialogar sobre a dança com os(as) educandos(as) é um momento poderoso para o processo de aprendizagem e para a construção de relações com o(a) outro(a). Ao analisar os corpos em movimento, eles(as) compreendem a importância de se articular com o(a) outro(a) de forma mais respeitosa. Nos momentos de diálogo sobre a dança, partir da ideia de respeito ao corpo facilitará a desconstrução das concepções de corpos hegemônicos na sociedade, conforme afirma Marques (2007, p. 53):

Por meio das atividades de dança em seu fazer, apreciar e contextualizar artísticos podemos propor atividades que proporcionem e enfatizem um diálogo respeitoso, amigável, carinhoso e crítico dos alunos com seus corpos. Dialogar com o corpo significa perceber e reconhecer as transformações que estão ocorrendo sem medo, raiva, insegurança, preconceito e tabus.

O corpo precisa explorar ações criativas e não deve ser moldado para corresponder aos padrões e comportamentos sociais. No ambiente escolar, crianças e adolescentes precisam compreender como seus corpos dialogam com o mundo, expandindo as possibilidades de existência e aprendendo a lidar com e respeitar a pluralidade corporal. Dessa forma, os sujeitos passam a se relacionar melhor consigo, com os(as) outros(as) e com o mundo. Em uma instituição que oferece aos(as) seus(suas) educandos(as) experiências dançantes, a aprendizagem se torna significativa, estendendo-se para além dos conteúdos tradicionais.

Conectando essa ideia de processo de aprendizagem com a dança, Maria do Carmo Saraiva (2004, p. 15) argumenta:

Processos que envolvem a aprendizagem da dança visam o sujeito criador, a partir de sujeitos cuja expressão interior e emoções humanas já estão mediatizados pela vivência cultural e pelo meio que os cerca; um sujeito histórico, que emerge nos processos educativos imprimindo, também, seu “registro” nas suas “produções”. Isso não impede que, quando um aluno ou aluna nos diga “eu não sei dançar” – um registro de vida –, nós, os professores e professoras, lhes ofereçamos as condições possíveis, e necessárias, para que ele ou ela aprenda como fazer.

Quando os(as) profissionais atuantes nas instituições educacionais entendem a potência da dança, isso permite que os(as) estudantes consigam expandir seu potencial criativo, expressivo, comunicacional e relacional. Isso é fundamental em um mundo e uma sociedade que exigem cada vez mais dos indivíduos, onde os corpos são moldados e enrijecidos para atender às necessidades de um poder hegemônico capitalista. A escola deve encorajar os(as) estudantes a driblar esses comportamentos, cientes de que as revoluções podem ocorrer para romper com as hegemonias do poder que, incansavelmente, tentam manter corpos obedientes e evitar que se quebre a lógica abusiva do controle.

A dança, nesse sentido, precisa ser entendida como algo que beneficie a construção de conhecimento e as aprendizagens dos(as) estudantes, pois permite avanços nos saberes. Se não há compreensão da funcionalidade da dança, sua presença pode apenas reforçar padrões corporais, levando ao esgotamento pela ausência de expressão e liberdade. Um corpo em ação é um corpo que pode gerar revoluções.

#### **4. Considerações Finais**

Compreender a dança nos espaços escolares implica reconhecer que ela vai muito além de coreografias, sequências ou passos mecanizados. A dança transcende essas noções técnicas e oferece possibilidades de descoberta sobre o corpo e seus movimentos, estabelecendo um diálogo significativo com o mundo e com a sociedade. Por essa razão, é fundamental que as instituições educacionais proporcionem espaços para explorações corporais, nos quais os(as) estudantes possam investigar suas corporeidades e ampliar suas compreensões de corpo, identidade e mundo.

É necessário desconstruir os tabus que associam determinados estilos de dança a meninos ou meninas, assim como as ideias que definem quais tipos de dança são “apropriados” para cada gênero. Os padrões sociais que vinculam o gênero hegemônico à cisgeneridade, sob uma lógica heteronormativa, ignoram e excluem outras expressões de gênero, perpetuando

preconceitos e desigualdades. Nesse sentido, torna-se urgente reconhecer que os corpos são livres para expressar suas identidades de forma plena e legítima.

A escola, nesse percurso, ocupa um papel central na promoção de práticas de dança que extrapolem a preparação para apresentações ou eventos. É necessário que a dança seja compreendida como uma linguagem capaz de contribuir para a formação integral dos(as) estudantes, promovendo liberdade de expressão, discussão crítica sobre a diversidade e o enfrentamento das opressões. Dessa forma, fortalece-se o corpo como agente de resistência diante das estruturas hegemônicas de poder, especialmente no que se refere às questões de gênero.

## Referências

BASTOS, Helena. **Corpo sem vontade**. São Paulo: ECA/USP: Cooperativa Paulista de dança, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Introdução à Questão das Relações de Gênero na Educação. In: Maria Eulina de Pessoa Carvalho. **Consciência de gênero na escola**. Universitária/URPB: João Pessoa, 2000.

FERREIRA, José Augusto Gerônimo. **Narrativas sobre gêneros e corpos fora da cisheteronormatividade**: uma pesquisa/viagem cartográfica (sobre)vivências trans\* não binárias na universidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

GUALBERTO, Carolina Lage. **Dança**. Rio de Janeiro: Hagnos Editora, 2007.

MARQUES, Isabel. **Dançando na escola**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SARAIVA, Maria do Carmo. Elementos para uma Concepção do Ensino de Dança da Escola. **Anais I encontro nacional de ensino de artes e educação física linguagens artísticas e práticas corporais na educação**. UFRN - Natal/RN, Dez/2004.

STRAZZACAPPA, Márcia. A Educação e a Fábrica de Corpos: A Dança na Escola. **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 53, abril de 2001.